

A problemática da Acção na filosofia de Maurice Blondel

Introdução

Maurice Blondel é, indiscutivelmente, um dos pensadores que, com mais vigor, recordam que a Filosofia, para além dos discursos parciais elaborados a propósito de determinados aspectos do real, coloca a questão fundamental acerca do sentido último da existência.

O pensamento de Blondel contém, em si mesmo, uma riqueza suficiente para ser uma referência fundamental para o homem dos nossos dias, podendo servir-nos de guia em todos os domínios que, hoje, nos preocupam. Refira-se, em particular, a sua concepção do conhecimento e da vida, da teoria e da prática, do natural e do sobrenatural. Para ele, a reflexão é necessária à vida, mas não a pode substituir, uma vez que o pensamento não é senão uma parcela da própria vida.

A filosofia blondeliana apresenta-se como uma análise reflexiva da condição humana e como uma tentativa de justificação racional da existência. Uma reflexão filosófica não é possível sem uma perspectiva de totalidade, pois é precisamente esta perspectiva que define a Filosofia. Além disso, uma filosofia dialéctica só é inteligível no seu conjunto. A exigência de uma perspectiva de totalidade e a unidade da dialéctica serão uma referência fundamental destas considerações em torno da filosofia de Blondel.

1. A dialéctica da acção

Reflectir sobre a *acção* é interrogar-se sobre o sentido que modifica as nossas vidas; a pesquisa acerca da unidade da experiência não é vã. Esta reflexão estimula a nossa procura em torno do Uno. A dinâmica da acção, que abraça a totalidade das esferas da existência, torna possível a sua unificação. A filosofia da acção totaliza reflexivamente os fenómenos e integra aquilo que impede que a reflexão se feche sobre si mesma; a acção como vínculo, permite esta integração sem qualquer confusão.

A filosofia da acção é “uma metafísica ascendente que, a partir das nossas experiências e inquietações humanas, tais como se apresentam à observação comum do psicólogo e do moralista, nos conduz, a pouco e pouco, ao objecto próprio, para nos esclarecer, para nos tranquilizar”¹.

A *Acção* de Blondel é uma obra que apresenta um encadeamento sistemático rigoroso, percorrendo um solo preparado sob a égide do espírito aristotélico. Orientada por um objectivo estritamente crítico no seu desenvolvimento, esta obra fixa o sentido e proclama a solução da maior parte dos grandes problemas que solicitam o pensamento humano.

Blondel procura evitar quaisquer pressupostos, recolhendo, de início, os dados fenoménicos, na infinda diversidade que lhes prestam as consciências individuais: “para que o problema da acção seja colocado cientificamente, é preciso que não haja nem postulado moral, nem dado intelectual a aceitar”².

E Blondel esclarece dizendo que “é preciso, pelo contrário, acolher todas as negações que se destroem mutuamente, como se fosse possível admiti-las em conjunto; é preciso entrar em todos os preconceitos, como se fossem legítimos; em todos os erros como se fossem sinceros”³.

A pesquisa psicológica pessoal, que abre a *filosofia da acção* não é a única premissa do raciocínio epistemológico que levará ao encontro do Absoluto; mas o papel desta pesquisa é um papel propedêutico e necessário. A primeira premissa do verdadeiro raciocínio epistemológico constituirá a primeira verdade imedatamente resultante da descoberta, em nós, da realidade vital; esta verdade não será o primeiro princípio absoluto de todo

¹ PAUL ARCHAMBAULT, *Initiation à la Philosophie Blondélienne en forme de court Traité de Métaphysique*, Bloud et Gray, Paris, 1941, p. 9.

² M. BLONDEL, *L'Action* (1893), *Essai d'une critique de la vie et d'une science de la pratique*, PUF, Paris, 1973, (A), Introd. p. XXI.

³ Ibidem.

o ser, certamente, mas se ela contém um *a priori* poderá colocar-nos no caminho de todo o ser.

Sendo quem somos, pensando ou querendo, sempre *agimos*; devido à nossa acção, coloca-se-nos o problema de um destino. E a solução deste problema não pode ser negativa; a nossa acção antecipa uma solução positiva: queremos qualquer coisa, ao agir: “Na raiz das mais impertinentes negações ou das mais loucas extravagâncias da vontade, é preciso, portanto, procurar saber se não existe um movimento inicial que sempre persiste, que se ama e que se quer, mesmo quando se nega ou quando se abusa dele. É em cada um que é necessário encontrar o princípio do juízo a efectuar sobre cada um. (...) Assim, em vez de partir de um ponto único donde seria proposta a doutrina particular a um único espírito, é necessário colocar-se nos extremos dos raios mais divergentes a fim de apreender, no centro mesmo, a verdade essencial a toda a consciência e o movimento comum a toda a vontade”⁴.

Na verdade, todas as manifestações que integram a vida do homem aparecem encadeadas num finalismo rigoroso, mas onde a nossa acção postula *um além* e exige, inevitavelmente, de nós uma procura que nos projecta acima da nossa natureza: “Ao atravessar o imenso campo do fenómeno, o homem não conseguiu senão apreender mais claramente um mistério que sobrevive ao uso, aparentemente completo, de todas as suas potências”⁵.

A exigência inexorável da acção impele a vontade para uma *opção* pró ou contra o transcendente: “O determinismo da acção leva, portanto, a suscitar na consciência humana uma alternativa”⁶. Com efeito, se a fenomenologia da acção nos conduz, de condição em condição, até um ponto onde as nossas forças naturais fracassam e onde a tendência profunda da nossa vontade reclama uma ascensão posterior, verificamos que o alicerce que deve sustentar todo o edifício da acção exige que se opte entre a aceitação ou a recusa do transcendente. A plena justificação racional do menor dos nossos actos depende da nossa atitude perante esta alternativa; nela está envolvido o problema radical da *existência objectiva*: “Temos a ideia de uma realidade objectiva, afirmamos a realidade dos objectos; mas, para o fazer, é necessário que coloquemos implicitamente o problema do nosso destino e que subordinemos tudo aquilo que somos e tudo aquilo que é para nós a uma opção. Não chegamos ao ser nem aos seres sem passar por

⁴ A, pp. XX - XXI

⁵ A, p. 319.

⁶ A, p. 355.

esta alternativa: segundo o modo como se resolve, é inevitável que o sentido do ser seja mudado”⁷.

2. A função mediadora da acção

Para esclarecer a relação do sensível com o supra-sensível, torna-se necessária uma faculdade para a qual o facto e a ideia, o significativo e o significado deixem de ser coisas radicalmente distintas; esta faculdade detecta-a o homem e toma consciência dela *enquanto age*. A acção, comunicando as suas virtualidades à inteligência, introduz-la num mundo superior.

Segundo Blondel, o real não se reduz ao sensível empírico; é constituído pela diferença que separa o conhecimento da ordem total das eficiências fenomenais e a vontade de procurar, neste determinismo, a sua finalidade; a diferença entre a eficiência e a finalidade, ou entre o conhecimento e a vontade, é mediatizada pela acção que objectiva o conhecimento.

Devido a esta mediação da acção, o conhecimento da série total exprime o dinamismo voluntário; a tensão entre a *vontade que quer* e a *vontade querida* dá conta da estrutura de cada elemento e do laço que os une entre si.

O fenómeno mediatiza o conhecimento dos sentidos e do entendimento; as coisas são “tais como são”⁸.

Blondel faz do conhecimento e da vontade fenómenos em série. A acção dinamiza o conhecimento através daquilo que não é senão ideal. Mas a mediação do conhecimento que conhece o real como real não o produz.

Conhecido na sua heterogeneidade, pela inteligência, *produzido* pela acção, o real é *reconhecido* pela reflexão; a mediação do conhecimento tem, assim, um papel ontológico por participação; o real “é aquilo que é para nós, deve ser ainda sem nós ou apesar de nós”⁹; contudo, nunca nos é indiferente.

O conhecimento e a vontade apoiam-se mutuamente; a vontade compromete-se naquilo que conhece; o conhecimento reflectido do dinamismo voluntário mostra o seu termo à vontade que, agindo

⁷ A, pp. 435-436.

⁸ A, p. 459.

⁹ A, p. 454.

singularmente, actua sobre a totalidade das sínteses. A realidade “reside na multiplicidade das relações recíprocas (...); é este complexo “¹⁰, revelado pela inteligência e desejado pela vontade. O conhecimento mediatiza o dinamismo espontâneo da vontade. Esta função do conhecimento supõe que é dotado de um peso ontológico. A posição reflectida do fenómeno no ser mediatiza a vontade; por isso, Blondel evidencia a continuidade entre o processo intelectual e o processo voluntário, uma vez que um não é sem o outro; opor as faculdades, como fez Kant, é praticar “um resto de idolatria”¹¹.

M. Blondel introduz-nos, na *Acção*, numa problemática comum às metafísicas contemporâneas que, de um modo geral, se orientam para uma reflexão em torno da existência concreta por forma a assumirem as suas complexidades e os seus problemas. Embora esta nova atitude da metafísica não renuncie ao carácter unificador da Ontologia, procura fundamentalmente esclarecer as estruturas das diversas esferas e das múltiplas situações da existência e, sobretudo, as relações com o mundo, com a sociedade e com os valores, em ordem a esclarecer os laços que tornam estas estruturas coerentes entre si.

A reflexão procura esclarecer aquilo que unifica o fenómeno em si mesmo e os fenómenos entre si, através de um processo eminentemente indutivo; a exigência da unidade é central em todas as metafísicas da existência.

Blondel, no último capítulo da *Acção*, efectua a análise das diversas estruturas da existência salientando o laço que as une, referindo que o centro de toda a experiência se situa numa razão idêntica, que é uma tensão espiritual entre a *vontade que quer*, dotada de um movimento para ir mais longe e a *vontade querida*, determinada pelo seu envolvimento concreto. É esta tensão que anima a acção, tornando-se, então, mediação universal. Ao analisar a acção, Blondel conduz-nos através de um itinerário que visa compreender a ligação existente entre os fenómenos e não apenas os fenómenos isolados.

Um tema central no pensamento de Blondel é o tema da mediação; a mediação é, para Blondel, tanto realidade como ideia, tanto mistério como enigma; é mesmo realidade antes de ser noção ou problema. Embora sofrendo uma evolução no pensamento de Blondel, desde o Manuscrito até ao Plano da *Acção*, o conceito de *mediação*, envolvendo uma reflexão em torno da ideia de objecto real, reporta-se à realidade das coisas e à ideia

¹⁰ A, p. 453.

¹¹ A, p. 452.

da existência objectiva e ao seu conhecimento; une o conhecimento e a vontade, os fenómenos entre si, o espírito e o mundo, Deus e o Universo.

É a partir deste conceito, de inspiração leibniziana, que Blondel estabelece uma reflexão epistemológica definidora da objectividade do conhecimento, inscrevendo aí o movimento dialéctico da acção, numa tentativa de resolução da problemática associada às estruturas da subjectividade. Blondel põe em relevo uma dialéctica recíproca entre a acção e o conhecimento, situando-se numa linha média entre o aristotelismo (que sujeita a prática à teoria) e o kantismo (que, inversamente, privilegia a ordem prática em detrimento da ordem teórica). A categoria da *mediação* torna-se central, para Blondel, neste domínio, respondendo, através dela, à questão da relação existente entre o conhecimento e a acção, numa tentativa de transição da ideia de objectividade à necessidade das suas condições. A mediação permite, então, estabelecer o cruzamento entre a fenomenologia e a ontologia; adquirindo uma significação precisa, a mediação é uma forma lógica que ilumina o caminho da vontade, sendo este caminho apreendido pelo conhecimento. A acção é o resultado de uma síntese da racionalidade em que se articulam reflexivamente o pensamento e a vontade.

Para Blondel, “a acção mediadora é um facto necessário à constituição de toda a ordem das coisas”¹², isto é, necessária à série contínua dos fenómenos, àquilo que o “determinismo aparente dos fenómenos (...) nos impõe como conhecimento necessário”¹³. Para constituir o conhecimento do ser, Blondel apela ao determinismo dos fenómenos em série; estes estão ordenados numa série necessária devido à tensão existente entre a *vontade querida* e a *vontade que quer*, fio condutor da experiência total; torna-se, por isso, manifesto que esta tensão é de ordem transfenomenal. Para estabelecer a certeza própria do determinismo, com “o que contém de realidade em si”¹⁴, Blondel mostra que “a mediação tem uma realidade intrínseca”¹⁵.

Seguindo a expansão da vontade, pela realização da acção, ao ritmo do seu acesso à unidade interior, assiste-se, então, à génese da necessidade da série, recebendo os fenómenos um peso ontológico; como refere Blondel, “A natureza inteira das coisas apareceu-me como a série dos meios que devo querer, que, com efeito, quero para realizar o meu destino.

¹² A, p. 448.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Ibidem.

Mas é preciso compreender qual a razão pela qual esta série de meios me aparece como uma natureza real das coisas. Para que o papel mediador da acção seja plenamente explicado, é preciso que este duplo aspecto seja plenamente justificado”¹⁶.

Para demonstrar em que sentido este caminho é um caminho ontologicamente necessário, Blondel recorre às categorias de *série* e de *sistema*, que adquirem um relevo capaz de fundamentar a reflexão sobre o conhecimento e sobre a vontade; partindo de uma perspectiva fenomenológica, Blondel coloca uma questão ontológica¹⁷, fazendo intervir a mediação da acção no próprio acto de conhecer. O sistema subsiste através da unidade constituída; a série é estabelecida através do movimento espiritual que aqui se instaura. Blondel institui a realização actual na unidade centrada no pensamento da diversidade, na relação das diversas esferas do agir humano.

À unidade da *série* das causas eficientes onde um fenómeno antecedente determina formalmente um fenómeno consequente, a lei da causa final acrescenta a unidade do *sistema* real onde o todo é pelas partes. O pensamento e o mundo são partes de um sistema cujo centro unificador não é de ordem formal ou inteligível, mas real ou voluntária. A transição da ordem da eficiência à da finalidade é, de facto, a passagem da *análise* descritiva à *síntese* reflexiva. O conhecimento fica submetido à exigência ontológica; a afirmação ontológica supera o conhecimento, uma vez que resulta de um princípio que não nasce apenas do conhecimento; o acesso à ontologia opera-se através de uma ética transcendental, ao inscrever no determinismo dos fenómenos a totalidade do sujeito que pensa e quer.

3. Acção, determinismo e opção

Mas o determinismo de Blondel passa pela opção na medida em que a série das causas eficientes não é um mero automatismo formal. A acção mediatiza a série eficiente enquanto transposição para o sistema; a série completa dos meios é como que a “natureza real das coisas”¹⁸. O sentido do real não é, inicialmente, o de determinado fenómeno particular, mas

¹⁶ A, p. 430.

¹⁷ “A necessidade prática de colocar o problema ontológico conduz-nos necessariamente à solução ontológica do problema prático” (A, p. 425).

¹⁸ A, p. 430.

o da série de meios em que se encontram organizados. Por isso, a série deve ser normalizada em sistema; este define a necessidade da série e, através dela, o seu carácter ontológico. A acção é o princípio sistemático da série dos fenómenos analisados. Por isso, entre o ser e o conhecer existe solidariedade e heterogeneidade; o cruzamento destas duas linhas define a objectividade dos fenómenos, situando o agir voluntário no interior do conhecimento em acto. A mediação da opção inscreve-se no ser e mostra que a solidariedade das sínteses singulares e a sua heterogeneidade não são verdadeiramente mediatizadas pelo pensamento neutro do desdobrar das modalidades da acção.

A mediação da acção não opera, por si só, a síntese dos elementos heterogêneos no ser. A solidariedade e a heterogeneidade “são irreduzíveis uma à outra; o que as reúne tem forçosamente, para nós, uma realidade própria”¹⁹. A realidade, isto é, a existência objectiva é sintética. O conhecimento vai do elemento para o todo, depois retorna ao elemento; a vontade compromete-se, de igual modo, no fenómeno singular no qual reconhece uma forma de realizar o seu destino que ela ultrapassa ao querê-lo, uma vez que a *vontade querida* não esgota nunca a *vontade que quer*.

A série e o sistema estão articulados, pois a vontade, que sistematiza, anima a inteligência da série; a acção apoia-se nas coisas dispostas em série, uma vez que esta ordem conduz à síntese; o determinismo dos fenómenos propõe necessariamente a alternativa à vontade, sendo esta alternativa interior à série.

A opção torna-se, aqui, necessária a fim de possibilitar a interpretação ontológica do pensamento e da acção, estabelecendo a cadeia da eficiência dos fenómenos possíveis; por um lado, a opção opera na série dos fenómenos e, por outro lado, fecha a série dos possíveis. O peso ontológico da opção não se situa, portanto, completamente dentro da série; é o pensamento que assume este peso ao reconhecer a necessidade da síntese através da acção que leva a vontade à sua realização. “Esta dupla unidade de série e de sistema é (...) necessária a todo o pensamento que temos de um objecto”²⁰. A acção fecha os possíveis através da opção positiva ou negativa; a mediação da acção inclui, assim, dois momentos: liga à série e traduz a eficiência em finalidade. Assim, série e sistema determinam, em conjunto, “a simples noção abstracta e geral da existência objectiva”²¹.

¹⁹ A, p. 451.

²⁰ A, p. 432.

²¹ A, p. 433.

Por isso, a ideia abstracta da existência objectiva da série total está implicada “em todo o acto de vontade”²²; sem esta ideia, o acto da vontade seria vão.

A opção, sempre necessária, manifesta o desvio que separa, em todos os casos, a *vontade que quer* e a *vontade querida*; a vontade é sempre distância a si; por outro lado, o determinismo é sempre série e sistema, pois implica sempre uma unidade total (a série) e real (o sistema).

Se o determinismo, na sua totalidade, tem um valor objectivo, os elementos da série devem participar deste valor. O sistema assegura a cada fragmento a sua realidade, através da articulação entre a inteligência e a vontade, salvaguardando a sua heterogeneidade na homogeneidade da série completa dos fenómenos. Todavia, a esta mediação da inteligência e da vontade sucede a *opção* em direcção ao Único Necessário que absorve o abstracto e o concreto, o pensamento e a vontade. A opção em direcção ao Único Necessário determina, desde então, o modo de conhecimento que possuímos da realidade dos fenómenos em série.

Mas o movimento da série para a *opção* não torna necessária a adesão ao Único Necessário, pois, embora projectados necessariamente para Ele, somos livres de o aceitar ou de o recusar.

A acção constitui a série inteira e cada um dos seus momentos como aquilo que deve ser querido. O conhecimento da série inteira aponta à vontade o caminho a seguir em direcção ao Único Necessário; mas o termo do movimento da vontade, presente na série dos fenómenos, é concretamente significante segundo a *opção*. Na *opção* joga-se o próprio sentido da realidade das coisas, da sua síntese final. Recusar o Único Necessário equivale a interditar à experiência aquilo que a reflexão tinha descoberto no âmago de todo o conhecimento possível; com efeito, quando a vontade recusa aderir àquilo que fundamenta a amplitude do seu dinamismo, o real torna-se numa representação sem fundamento ontológico. Mas, porque a ordem natural, em que está integrada a opção, realiza a comunhão universal, a realidade pensada em adesão ao Único Necessário é tanto a totalidade do determinismo fenomenal como a singularidade de cada um dos seus momentos.

A existência objectiva constitui, antes da execução da opção, um postulado da acção que se desenrola: “A acção é o duplo movimento que lança o ser no termo para que tende como para uma perfeição nova e que reintegra a causa final na causa eficiente”²³. A acção é simultaneamente

²² A, p. 432.

²³ A, p. 467.

tendência e assimilação; cada vez que agimos, estabelecemos o encadeamento de todas as condições necessárias à realização da acção: ao agir, a realidade objectiva aparece-nos como a totalidade daquilo que deve acrescentar-se à pura tendência para se assimilar e possuir: é a matéria necessariamente exigida pelo movimento de interiorização da causa final na causa eficiente.

Considerando a acção na sua relação com o fim absoluto, condição unitiva de todas as condições parciais, percebemos claramente a sua ligação ao fim último como razão *a priori* da necessidade inerente à mesma acção. A experiência interna mostra-nos, na nossa acção, qualquer coisa de praticamente inevitável; mas, uma vez percorrido o ciclo inteiro das condições de possibilidade da acção, a necessidade prática encontra o seu fundamento racional e transforma-se em necessidade teórica. Reconhecemos, desde então, à nossa acção um fim absoluto; e o princípio da certeza não é apenas a acção enquanto efectuada, num mesmo impulso subjectivo irresistível à acção; é, doravante, uma necessidade logicamente anterior à própria constituição das nossas faculdades activas. Todo o determinismo da acção se encontra, de facto, colocado no absoluto.

4. Da experiência à transcendência

Uma das grandes questões filosóficas da actualidade é, de facto, a do acesso à transcendência. Todos os demais problemas se esbatem perante esta questão de fundo. Devido ao desenvolvimento do pensamento moderno, parecia ter ficado impedido o caminho de um possível acesso à transcendência. Até então, tinham sido propostos dois itinerários para a realização daquele objectivo: o primeiro encontrava a transcendência no próprio dado. De acordo com esta concepção, os entes eram apreendidos e, através deles, oferecia-se-nos o próprio ser. Este acesso, contudo, fica fechado doravante a quem não admitir que o ser seja imediatamente dado; para quem o dado se restringe às coisas, às impressões, aos factos científicos; este dado define um horizonte, mas este horizonte não remete para a transcendência. Foi, por isso, tentado um segundo itinerário: porque o meu acto é transcendente ao dado, através da sua estrutura abre-se a possibilidade de que algo me seja garantido; através do meu acto e da sua conceptualização é possível a constituição do dado em objecto, definindo-se aí, contudo, uma simples transcendentalidade, não uma verdadeira transcendência; mas é possível mostrar como é que ela se orienta e se constitui, por sua vez, em relação à transcendência. Se a análise kantiana do conhecido ficou limitada à única transcendentalidade do sujeito,

Descartes, antes dele, e os idealistas bem como os neo-escolásticos, insistiram nesta relação constitutiva do transcendental com o transcendente. Este pensamento mostra também o impasse em que este itinerário pode culminar: o transcendente, assim descoberto, arrisca-se facilmente a não ser outro senão o sujeito elevado ao absoluto.

Perante estes impasses, Maurice Blondel propõe-nos um terceiro itinerário de acesso à transcendência. Este itinerário integra as duas primeiras propostas numa filosofia da acção.

A acção, enquanto inserção realizadora do meu acto no mundo, é o lugar privilegiado da experiência; o resultado do meu agir, a acção real, é um dado que me ensinou qualquer coisa, um dado cujo sentido é possível decifrar, uma vez que ele corresponde a uma iniciativa nascida de mim. A experiência não se constitui, portanto, através da mera repetição de percepções; supõe um contributo *a priori*, por parte do sujeito; mas este *a priori* não é uma simples forma de receptividade ou de síntese; trata-se, pelo contrário, de uma *iniciativa prática*, concreta.

Sendo assim, podemos definir a acção não somente como o lugar privilegiado da experiência, mas sobretudo como o instrumento de uma verdadeira *experimentação*, isto é, de uma experiência prevista e provocada. A relação entre hipótese e verificação encontra-se em todas as nossas acções; nelas se abre o nosso ser, na medida em que o ser desabrocha necessariamente no agir. É nesta relação entre hipótese e verificação, relação de tipo positivista, que Blondel descobre o acesso à transcendência. De facto, o projecto de acção (a hipótese) e o resultado dela (a verificação) transcendem-se mutuamente, sem jamais coincidirem numa identidade absoluta. Como refere Blondel, “no nosso conhecimento, na nossa acção, subsiste uma desproporção constante entre o objecto e o pensamento, entre a obra e a vontade. O ideal concebido é ultrapassado incessantemente pela operação real, e incessantemente a realidade obtida é superada por um ideal sempre renascente. Sucessivamente, o pensamento precede a prática e a prática precede o pensamento; é preciso, portanto, que o real e o irreal coincidam, pois esta identidade é-nos dada de facto; mas é-nos dada para nos escapar logo de seguida. (...) Como dois movimentos de uma força periodicamente desigual se afastam e se aproximam sucessivamente para coincidirem num ponto, parece que todas as nossas diligências oscilam em torno de um ponto de coincidência onde elas se não mantêm, embora por ele passem sem cessar”²⁴.

²⁴ A, pp. 344-345.

A não coincidência, como Blondel a descreve, não se limita, portanto, às experiências particulares; traduz também a experiência global da nossa existência, pois não somos nunca exactamente aquilo que queremos ser e não queremos nunca ser plenamente aquilo que somos. Assim, o acesso à transcendência não é de procurar nem unicamente do lado do dado, uma vez que este é constantemente transcendido pela transcendentalidade do projecto subjectivo, nem unicamente do lado do sujeito, que tem sempre algo de novo a aprender através dos resultados não previstos da acção. Sem sair da experiência, o acesso à transcendência encontra-se na procura da coincidência perfeita entre o sujeito e o dado; esta coincidência, contudo, através daquilo que ela contém de fundante e de inatingível, revela-se autenticamente transcendente, quer ao sujeito, quer ao dado.

Esta passagem à transcendência não é nem contínua nem inevitável; trata-se de uma disposição de abertura no interior da própria experimentação. E, aqui, impõe-se uma opção de tipo ético: face a esta não coincidência entre o dado e o sujeito, podemos contentar-nos com conclusões parciais desta experiência; mas esta opção impedirá o acesso à transcendência. Contudo, é possível decidir-nos por enfrentar a limitação intrínseca a toda a nossa experiência e projectar-nos no absoluto. Este itinerário implica a *opção*, dirigida para a transcendência, descoberta na experiência, mas que a experiência não consegue atingir. Nesta opção convergem a ética e a metafísica; a decisão ética fundamental reporta-se precisamente à adopção ou à recusa da metafísica; não existe ética sem um alcance metafísico, pois, “a necessidade prática de colocar o problema ontológico conduz-nos necessariamente à solução ontológica do problema prático”²⁵. Contudo, a bipolaridade da ética e da metafísica completam-se através da relação com um terceiro termo – a experiência religiosa. O projecto do sujeito dirige-se à transcendência; mas a sua verificação não é, nem pode ser, um dado das experiências particulares. É, antes, o resultado de uma urgência existencial a que poderíamos chamar experiência transcendental que comporta uma autêntica verificação, embora esta verificação não seja objectivável; por isso, esta experiência é incomunicável. Mas a experiência religiosa é dotada de uma certeza e de uma inteligibilidade incompatíveis com a certeza e a inteligibilidade das experiências particulares. Daqui resulta que a experiência religiosa implique uma opção ética e que ela constitua a verdadeira resposta à questão metafísica. Tendo partido da experiência, pela acção, Blondel abre-nos o acesso à transcendência; e, através da opção da experiência religiosa, é possível o encontro do Trans-

²⁵ A, p. 425.

cedente, efectuando-se a culminância da vinculação do conhecimento e da acção no ser ²⁶.

A acção introduz a inteligência num mundo superior revelando-lhe a realidade da sua causa, como seu princípio criador e espontâneo, que existe antes, durante e após a sua manifestação; por outro lado, mostra-lhe que esta causa não pode passar ao acto e ser o que pretende ser se não se dirigir a um fim considerado como necessário. O conceito de necessidade assume, aqui, um valor real, um novo sentido, se nos colocarmos sob o ponto de vista prático: “A necessidade prática de colocar o problema ontológico conduz-nos necessariamente à solução ontológica do problema prático” ²⁷.

Mas a opção é radicalmente livre, pois, no fundo de nós mesmos, existe uma potência infinita que nos permite dar o verdadeiro sentido à ideia abstracta de necessidade.

Termina, assim, no limiar da opção sobrenatural, a análise das condições necessárias da acção.

A afirmação da realidade de um fim absoluto pressupõe uma livre adesão à revelação exterior de uma ordem sobrenatural de meios e de fins; esta verificação permite aliar a *certeza subjectiva* de um determinismo praticamente postulado à *evidência objectiva* de um determinismo racionalmente justificado. Mas, porque esta atitude envolve uma opção livre ²⁸, estabelece-se sempre um conflito, através do qual se evidencia a existência objectiva: “a ideia de existência objectiva e a inevitável crença nos objectos da representação não exprimem ainda senão uma necessidade interna. E é naquilo que é possível aceitar ou recusar que é preciso ver a verdadeira realidade dos objectos impostos ao conhecimento” ²⁹. A opção final, imposta pelo determinismo da acção, tem por objecto a realidade sobrenatural; e a ela não temos acesso senão através de uma aceitação voluntária. Mas esta opção não é, inicialmente, uma opção especulativa entre a existência e a não existência de uma ordem sobrenatural; é, antes de tudo, uma opção prática, isto é, a introdução ou a exclusão em nós de um complemento infinito das nossas potencialidades. É na intuição do acto supremo de liberdade que se estabelece o último anel que liga a cadeia fenomenal da acção ao absoluto da existência objectiva: “Desde que a

²⁶ Cfr. A, p. 424.

²⁷ A, p. 425.

²⁸ “O conhecimento do ser implica a necessidade da opção; o ser no conhecimento não está antes, mas depois da liberdade da escolha” (A, p. 436).

²⁹ A, p. 436.

cadeia é soldada, todo o determinismo, que tinha aparecido como o fenómeno da vontade humana no entendimento, aparece, (...), doravante, ao mesmo tempo como uma absoluta realidade que impõe o entendimento à vontade”³⁰. Na verdade, “do menor dos nossos actos, do menor dos factos, basta tirar aquilo que neles se encontra, para encontrar a inevitável presença, não apenas de uma abstracta causa primeira, mas do único autor ou do verdadeiro consumidor de toda a realidade concreta”³¹.

Conclusão

A acção é um movimento dinâmico através do qual o homem sai de si mesmo, indo ao encontro do universo inteiro; constitui um todo unitário no qual se manifesta o homem na sua totalidade. Segundo Blondel, a acção é uma síntese do homem com Deus, possuindo um peso existencial fundamental e uma importância superior a todas as especulações abstractas para se poder dar uma resposta ao destino do homem. Blondel centra o problema do destino do homem na questão das suas relações com uma transcendência a que está obrigado; a plena autonomia da pessoa humana não tem verdadeiro sentido senão através do sobrenatural; o homem não consegue possuir-se se não passar pelo transcendente. A natureza adquire o seu sentido pleno e o seu pleno desenvolvimento no homem; e este encontra a sua realização em Deus. O homem é, assim, um elo de união entre a *imanência* do universo e a *transcendência* divina. O homem não atinge a divindade senão através da natureza; mas, por outro lado, também não recupera a natureza senão através de Deus.

Por isso, a acção comporta sempre algo de decisivo; graças à acção humana, o mundo torna-se outro, enriquecendo-se; através dele, o mundo adquire uma significação nova. Daí que um acto querido nunca possa ser considerado insignificante, pois está sempre revestido de uma finalidade e de um sentido. A prática e o compromisso adquirem, assim, para Blondel, uma importância nuclear, na medida em que a liberdade é o momento da razão que assume, no seu seio, o determinismo da natureza.

O projecto de Blondel consistiu em alargar a Filosofia para além dos domínios do racionalismo, reconhecendo na acção uma plenitude espiritual e, no termo deste movimento de reflexão, uma interioridade reveladora.

³⁰ A, p. 465.

³¹ Ibidem.

A doutrina da acção, cujo método é o discernimento, termina numa filosofia orientada para o espiritual. A filosofia procura exprimir-se num saber que nos faz convergir no ser; é uma meditação constante em torno da relação essencial entre o *êxodo* da acção e o *recolhimento* do espírito em si mesmo, fazendo-nos apreender na sua fonte interior a forma pura da revelação do ser, enquanto absoluto.

O Absoluto, real mas implicitamente *presente* à partida, não será *explicitado* como tal senão no termo do percurso dialéctico da acção e não será *reconhecido* senão através de um acto meta-filosófico oriundo da mediação da *opção*. A indistinção inicial do projecto da acção deve ser progressivamente elucidada. O movimento da *vontade que quer* implica a presença do Absoluto donde procede o dinamismo da acção. A última hipótese do sobrenatural confirma a essencial inadequação do homem e, se representa a possibilidade de a resolver, é sob o preço de uma heteronomia que manifesta a irreduzível alteridade do Absoluto. A identidade não se realiza, portanto, nem entre o homem e o Absoluto, nem mesmo ao nível do próprio homem, pois é o sobrenatural que constitui a sua condição necessária. A antropologia implica uma ontologia e esta abre-se a uma teologia. Deus situa-se no cerne do agir humano enquanto este marca, simultaneamente, o limite e a universal amplitude do próprio homem.

CASSIANO REIMÃO

Referências bibliográficas:

ARCHAMBAULT, P., *Initiation à la philosophie blondélienne en forme de court traité de Métaphysique*, Paris, Bloud et Gay, 1941.

BOUILLARD, H., *L'intention fondamentale de Maurice Blondel et la Théologie* (gênese da interpretação de Bouillard), RSR, t. 36 (Julho-Set. de 1949), pp. 321-402.

Blondel et le christianisme, Paris, Seuil, 1961.

CRIPPA, R., *Il realismo integrale di M. Blondel*, Milão-Roma, Bocca, 1954.

DUMÉRY, H., *La Philosophie de l'Action - Essai sur l'intellectualisme blondélien*, (prefaciado por M. Blondel), Paris, Aubier- Montaigne, 1948.

ECOLE, J., *La métaphysique de l'être dans la philosophie de Maurice Blondel*, Lovaina-Paris, Nauwelaerts, 1959.

LACHIEZE-REY, P., *Reflexions sur la portée ontologique de la méthode blondélienne, en hommage à M. Blondel*, Paris, Bloud et Gay, 1946, pp. 115-156.

PACHECO, M., *A Génese do problema da Acção em Blondel (1878-1882), sentido de um projecto filosófico*, F.C. Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1982.

ROMEYER, B., *La philosophie religieuse de Maurice Blondel*, Paris, Aubier, 1943.

TAYMANS-D'EYPERNON, F., *Le blondelisme* (com um vocabulário filosófico ratificado ou precisado por BLONDEL), Lovaina, Museum Lessianum, 1933.

TRESMONTANT, C., *Introduction à la métaphysique de Maurice Blondel*, Paris, Seuil, 1963.